

Introdução aos Direitos da Criança e do Adolescente

PROGRAMAÇÃO DO CURSO DA ECEPE/UFRPE

O Curso de Extensão pretende dispor de formação técnica para os Conselheiros Tutelares eleitos no processo de escolha imediatamente anterior com a finalidade de instrumentar tais sujeitos para uma atuação qualificada no zelo dos direitos infanto-adolescentes.

Serão realizadas 06 turmas do curso de extensão com até 35 participantes em 06 municípios do estado de Pernambuco, respeitando as diversas mesorregiões do estado. Cada turma terá 32 horas aulas presenciais, além das atividades de pesquisa e estudos individuais propostos pelos professores.

Inicialmente, abre-se inscrições para as duas primeiras turmas, voltadas para os conselheiros/as dos sertões (turma 1) e da Região Metropolitana do Recife (turma 2), sendo 40 vagas para cada turma.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

- 1. Marcos Internacionais da Legislação para a Infância:** Comitê de Proteção da Infância (1919); Declaração sobre os Direitos da Criança (Primeira Declaração de Genebra de 1923-24); Instituto Interamericano da Criança (1927); Segunda Declaração de Genebra (1934); Criação do Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância – UNICEF (1946); Declaração Universal dos Direitos dos Homens (1948); Declaração dos Direitos do Ano Internacional da Criança (1979); Declaração dos Direitos da Criança, "Regras da Criança," (1959); Pacto de São José da Costa Rica (1969); Convenção da OIT n.º 138 (1973); "Regras de Beijing" (1985); A Convenção Sobre os Direitos da Criança (1989); Regras Mínimas das Nações Unidas para a Elaboração de Medidas não Privativas de Liberdade (Regras de Tóquio); "Diretrizes de Riyad" (1990); Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Menores Privados de Liberdade – As Regras de Havana (1990); Diretrizes de Ação sobre a Criança no Sistema de Justiça Penal (Diretrizes de Viena de 1997); Convenção 182/ OIT (1999); Ano Interamericano da Infância e Adolescência (2001).

Introdução aos Direitos da Criança e do Adolescente

- 2 Consequências do Direito Internacional para a Infância no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988 e os Principais Marcos na Legislação Nacional:** §§ 2º e 3º da Constituição Federal de 1988; Supralegalidade dos Tratados de Direitos Humanos a partir do entendimento do Supremo Tribunal Federal; Artigo 227 a 229 da Constituição Federal; Lei nº 8.069/90 (preâmbulo); Decreto 99.710/90 (Convenção sobre os Direitos da Criança adotada pela Assembleia geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989); Leis nº 8.242/91 (Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente-CONANDA e dá outras providências); Lei nº 12.010/09 (garantia do direito à convivência familiar a todas as crianças e adolescentes); Lei nº 12.594/12 (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) Lei nº 13.010/14 (estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante); Lei nº 13.257/16 (Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância).
- 3. O Conselho Tutelar:** Etimologia e Natureza do Conselho Tutelar; Função Pública do Conselheiro Tutelar; Atribuições e Competências do Conselho Tutelar; Atos administrativos (expedientes e instrumentais funcionais) do Conselho Tutelar; Limites e Controle da Administração Sobre o Conselho Tutelar; Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e Lei nº 13.869/2010 (Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade).
- 4. Do Sistema de Garantia de Direitos-SGD e Sistema Único de Assistência Social:** Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993; Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente-CONANDA de nº 113/20; Lei federal de nº 11.340, de 07 de agosto de 2006; Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social- CNAS nº 109 de 11 de novembro de 2009; Lei federal nº 13.431, de 04 de abril de 2017; Decreto nº 9.603/19.

Introdução aos Direitos da Criança e do Adolescente

CALENDÁRIO DE AULAS DO CURSO DE 32 HORAS DA ECEPE/UFRPE

Horário: 16:00h - 18:00h

DIA	TURMA 1	TURMA 2
06/10	Marcos Internacionais da Legislação para a Infância - GERALDO NÓBREGA	O Conselho Tutelar - SILVINO NETO
07/10	O Conselho Tutelar - SILVINO NETO	Marcos Internacionais da Legislação para a Infância - GERALDO NÓBREGA
13/10	Marcos Internacionais da Legislação para a Infância - GERALDO NÓBREGA	O Conselho Tutelar - SILVINO NETO
14/10	O Conselho Tutelar - SILVINO NETO	Marcos Internacionais da Legislação para a Infância - GERALDO NÓBREGA
20/10	Consequências do Direito Internacional para a Infância no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988 e os Principais Marcos na Legislação Nacional - GERALDO NÓBREGA	Sistema de Garantia de Direitos-SGD e Sistema Único de Assistência Social-SUAS - SILVINO NETO
21/10	Sistema de Garantia de Direitos-SGD e Sistema Único de Assistência Social-SUAS - SILVINO NETO	Consequências do Direito Internacional para a Infância no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988 e os Principais Marcos na Legislação Nacional - GERALDO NÓBREGA
27/10	Consequências do Direito Internacional para a Infância no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988 e os Principais Marcos na Legislação Nacional - GERALDO NÓBREGA	Sistema de Garantia de Direitos-SGD e Sistema Único de Assistência Social-SUAS - SILVINO NETO
28/10	Sistema de Garantia de Direitos-SGD e Sistema Único de Assistência Social-SUAS - SILVINO NETO	Consequências do Direito Internacional para a Infância no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988 e os Principais Marcos na Legislação Nacional - GERALDO NÓBREGA